



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

01/12/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3
2.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	4 - 5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADOR.....	6
3.2. ESMAM.....	7
3.3. PRESIDÊNCIA.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. ESMAM.....	9 - 11
4.2. JUÍZES.....	12 - 13
4.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	14 - 15
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ESMAM.....	16 - 17
5.2. VARA CRIMINAL.....	18

ENFRENTAMENTO

Campanha prioriza julgamentos de casos de violência doméstica

As ações desenvolvidas pela Vara Especial da Mulher integram a campanha nacional “Justiça Pela Paz em Casa”

HYANA REIS

Com foco no enfrentamento à violência doméstica e familiar, a Vara Especial da Mulher de Imperatriz vem realizando atividades que integram a campanha nacional “Justiça Pela Paz em Casa”. A ideia da iniciativa é priorizar o andamento e julgamento de processos que envolvem casos de

violência contra as mulheres.

São 16 dias de ativismo, onde diversas unidades judiciais da Justiça de 1º Grau no Maranhão realizam esforço concentrado para acelerar a prestação jurisdicional de casos de violência doméstica e familiar. Os juízes das varas com competência para processos desse tipo pautaram 340 audiências no Estado.

Além das audiências, a campanha conta com ações

de conscientização e enfrentamento à violência de gênero, tais como palestras, orientações à comunidade, distribuição de cartilhas e materiais informativos sobre a Lei Maria da Penha (nº 11.340/06).

“Desenvolvemos uma campanha permanente em defesa das mulheres, pois, enquanto houver mulheres mortas, feridas, estupradas, haverá essa luta”, ressalta a titular da Vara da Mulher de Imperatriz Ana Paula Silva, que afirma que a campanha é permanente, e ações em defesa das mulheres ocorre ao longo de todo o ano.

A campanha, que integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, é coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os tribunais de justiça dos estados se encerra nesta sexta-feira (30) em todo o país. **(Com informações da assessoria)**



Reprodução

A campanha conta com ações de conscientização e enfrentamento à violência de gênero.

ENFRENTAMENTO |

Campanha prioriza julgamentos de casos de violência doméstica

As ações desenvolvidas pela Vara Especial da Mulher integram a campanha nacional "Justiça Pela Paz em Casa". Pág. 05



CELEBRAÇÃO

dos 10 anos de um atuante escritório de advocacia

A celebração pelos 10 anos do Escritório Galvão Leonardo Advocacia, comandado pelas irmãs e sócias Lucimary e Lucileide Galvão, reuniu profissionais da área jurídica, clientes, colaboradores e

parceiros, na última sexta-feira 23, no Villa Reale Buffet da Avenida dos Holandeses. A noite especial ainda contou com a presença do jornalista Caco Barcellos, que veio a São Luís especialmente para a comemoração.

A propósito, o Galvão Leonardo Advocacia atua nas áreas de direito empresarial, civil, tributário, trabalhista e ambiental, e além do escritório localizado no Olho D'Água conta com uma filial em Belém do Pará.



**Des. Luiz Gonzaga
Almeida Filho**

Justiça proíbe a paralisação de médicos

Vara de Interesses Difusos e Coletivos deferiu pedido de tutela de urgência do Governo do Estado e designou audiência de conciliação para segunda (3). GERAL 4

Judiciário proíbe paralisação de hospitais e designa audiência

Os médicos que prestam serviços no âmbito do Estado não podem paralisar suas atividades e deixar sem atendimento os pacientes da rede estadual; na segunda (3) está prevista uma audiência de conciliação

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos deferiu, sexta-feira (30), pedido de tutela de urgência do Estado do Maranhão determinando que os médicos que prestam serviços no âmbito do Estado abstenham-se de paralisar suas atividades e deixar sem atendimento os pacientes da rede estadual de saúde. Eles deverão continuar fornecendo os serviços médicos de forma regular e integral, em níveis satisfatórios e sem perda da qualidade do atendimento, sob pena de multa.

Para buscar uma mediação para o problema entre os médicos e o Governo do Estado, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, também designou audiência de conciliação para a próxima segunda-feira (3), às 8h50.

O Estado do Maranhão requereu a concessão de tutela antecipada em face do grupo de médicos prestadores de serviços ao Estado do Maranhão, afirmando ser fato notório que cerca de mil médicos que prestam serviços nas unidades de saúde administradas pelo Governo do Maranhão decidiram paralisar por tempo indeterminado as atividades, a par-

tir da próxima terça-feira (4), em reunião realizada na sede do Conselho Regional de Medicina, na qual também teriam decidido suspender os atendimentos de urgência e emergência a partir do dia 7 de dezembro.

Ao analisar o pedido de urgência, o magistrado levantou que a razoabilidade das pretensões jurídicas deduzidas pelo autor decorre do sistema jurídico de promoção da saúde, estabelecido na CF, que constitui a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, enquanto direito de todos e dever do Estado.

“Esses dois preceitos constitucionais indicam que o modelo político, social e econômico adotado pela sociedade brasileira não admite como válida, do ponto de vista jurídico, qualquer prática tendente a ofender o direito universal à saúde. E, uma vez verificada a ocorrência de lesão a esse direito, cabe ao Poder Judiciário, após ser provocado, impor as medidas necessárias para restauração desse direito”, observou.

Prestação do serviço

Segundo a decisão, a paralisação, a par de qualquer discussão sobre

sua legitimidade, põe em risco a prestação do serviço público essencial de saúde e, conseqüentemente, a saúde e vida dos usuários, evidenciando assim lesão ao princípio da proporcionalidade em sua vertente relacionada à proibição do excesso.

“A paralisação anunciada nos atendimentos médicos, noticiada nos meios de comunicação, seria em decorrência de atraso nos pagamentos da remuneração dos médicos. Assim, é recomendável o estabelecimento de um diálogo que possa resultar em uma solução consensual para a situação conflituosa instalada e que seja satisfatória para os grupos médicos, o Estado e, especialmente, para os pacientes, em razão do grave risco de lesão à saúde e à vida decorrente da possibilidade de suspensão dos atendimentos. Por isso, necessária a designação de audiência com a maior brevidade possível”, decidiu o magistrado. ●

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



2

Em congresso na Assembleia Legislativa para lembrar os 30 anos da Constituição Federal, o governador Flávio Dino disse que ela foi a mais duradoura do período democrático e sobreviveu. “Já foi submetida a vários testes de estresse em momentos cruciais e resistiu. Mostra que a Constituição é uma peça bem acabada”.

3

Já o desembargador Paulo Velten, do Tribunal de Justiça do Maranhão, ressaltou que a Constituição precisa ser colocada numa perspectiva para se verificar o que ainda se pode extrair de seu arcabouço jurídico para o futuro do Brasil.

30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO

Presidente do TJMA destaca avanços do Judiciário



O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, PARTICIPOU DE EVENTO NA AL-MA

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, proferiu palestra, na manhã de ontem (30), durante a programação do Congresso “30 Anos da Constituição Federal: desafios e perspectivas”, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esman), com apoio da Assembleia Legislativa e da Associação dos Magistrados do Maranhão.

Ao abrir sua palestra sobre o tema “A Constituição Federal e a administração dos Tribunais”, proferida no Auditório Fernando Falcão, o desembargador fez um breve histórico das sete Constituições já promulgadas no Brasil, frisando a importância da Constituição de 1988, batizada de “Constituição Cidadã”.

Logo em seguida, falando ao lado do desembargador Paulo Velten, coordenador do painel, ele fez uma ampla explanação sobre a atual gestão do Tribunal de Justiça do Estado, destacando avanços no Poder Judiciário do Maranhão. Em sua explanação, fez um balanço, sob a forma de prestação de contas, do trabalho que vem realizando à frente da presidência do TJMA, desde o dia de sua posse, em 15 de dezembro de 2017.

“Para nós, o mais importante, nestes nossos 11 meses de gestão, é que estamos conquistando uma permanente introdução de inovações administrativas em nossa egrégia Corte, para que seja mais eficiente na sua missão de promover a Justiça, colocando-se num novo patamar, no que diz respeito às suas responsabilidades perante a sociedade”, afirmou.

Ele apontou medidas de boa governança, implantadas com planejamento e austeridade, em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, para a melhoria da prestação jurisdicional à sociedade maranhense. Sobre a política de austeridade fiscal implantada no TJMA, o desembargador José Joaquim explicou que hoje há uma rigorosa contenção de gastos na egrégia Corte.

Segundo ele, a aprovação de qualquer despesa somente acontece após breve estudo de impacto orçamentário. “Faço questão de assinalar que o Poder Judiciário do Maranhão tem experimentado e utilizado novas formas de gerenciamento orçamentário, não expandindo suas despesas sem a observância dos seus limites”, declarou o presidente do TJMA.

Ao final de sua palestra, José Joaquim interagiu com a plateia, forma-

da principalmente por magistrados, advogados, defensores públicos, professores e estudantes de Direito, e respondeu a perguntas sobre o modelo de gestão judicial na Constituição de 1988, desafios e objetivos alcançados na direção do TJMA e sobre a política de austeridade fiscal implantada no Judiciário do Maranhão.

Desembargador Paulo Velten avalia congresso

O desembargador Paulo Velten fez a palestra de abertura do último dia de programação do Congresso “30 Anos de Constituição Federal: Desafios e Perspectivas”, no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa. Ele falou sobre “As regras não escritas da democracia: Reflexões para a construção de uma sociedade plural e tolerante”.

Paulo Velten fez uma avaliação positiva do Congresso. “Discutimos temas fundamentais e trouxemos nomes importantes para o Estado, papel importante desempenhado também pelo deputado Othelino Neto, que está conduzindo o Poder Legislativo com muita maturidade política e foi fundamental no apoio ao Congresso”, afirmou.

30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO

Othelino palestra sobre a Constituição

"A Constituição Federal de 1988 corrigiu erros históricos no Brasil", destaca o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, em congresso sobre a Constituição Federal

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi o último a palestrar no segundo dia de programação do Congresso "30 Anos de Constituição Federal: Desafios e Perspectivas", que foi encerrado ontem (30), no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa. O parlamentar discorreu sobre o tema "O Poder Legislativo e o Estado Democrático de Direito". A mesa foi coordenada pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Lourival Serejo.

O deputado, que é jornalista e economista, abordou a temática de maneira descontraída, a partir de uma análise histórica sobre o Poder Legislativo desde o Império até os dias atuais. Entre outras coisas, ele lembrou que o Congresso Nacional chegou a ser fechado por 15 vezes, sendo 12 no Brasil imperial. Recordou que o órgão constitucional também foi alvo de interrupções e que, ao longo da história, alguns parlamentares tiveram seus mandatos cassados, inclusive no Maranhão, devido à prática do comunismo no período da ditadura militar.

Othelino destacou o papel essencial da Constituição Federal de 1988, fruto de muitas discussões e trabalho. "A Constituição Federal de 1988 corrigiu erros históricos e estabeleceu parâmetros essenciais para o Brasil. A partir dela, foram assegurados direitos constituídos a duras penas", disse.

Conjuntura social e política

O parlamentar também analisou a conjuntura social e política brasileira



NETO FALOU SOBRE "30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS"

e lamentou o fato de a política, na atualidade, ser alvo de um processo de negação, em que o "público" é visto como algo "sujo". "O que é um erro grave, pois não existe salvação fora da política. É preciso prestar mais atenção na política e, ao mesmo tempo, não podemos aceitar a revogação de direitos em desrespeito à Constituição", alertou.

Enfatizando o protagonismo do Poder Legislativo dentro do Estado Democrático de Direito, o presidente lembrou que se trata do Poder que mais recebe pressão da sociedade e destacou o seu caráter plural, no que diz respeito, por exemplo, a sua composição. Ele citou como exemplo o caso da Assembleia Legislativa do Maranhão, composta de 42 deputados com profissões e ideias diferentes.

E mais: "É fundamental termos a certeza de que precisamos defender a nossa Constituição. Jamais podemos aceitar que a saída seja feri-la. Viemos de muito longe, daí a importância de respeitar a nossa Carta Magna", frisou. Antes de encerrar a palestra, o deputado fez deferência à Escola Superior da Magistratura, pela realização do evento, com apoio da Casa do Povo e da Associação dos Magistrados do Maranhão. "Parceria que serve de exemplo para reafirmamos o respeito mútuo que existe entre os poderes constituídos, neste caso, o Judiciário e o Legislativo", finalizou, citando a frase emblemática de Alfred Emanuel Smith: "Todos os males da democracia se podem curar com mais democracia".

Constituintes maranhenses de 1988 são homenageados

Os deputados federais e senadores maranhenses que participaram da elaboração da atual Constituição Brasileira, em 1988, foram homenageados no início da noite de quarta-feira (28), no plenário Fernando Falcão, da Assembleia Legislativa, durante a instalação do “Congresso Constituição Federal Brasileira: 30 anos-Desafios e perspectivas”. O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça, por meio da Escola Superior da Magistratura (Esmam), com apoio do Poder Legislativo Estadual e da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Durante a solenidade de abertura, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB),

destacou ser uma grande satisfação o fato do Legislativo do Maranhão poder ser parceiro de um congresso que ele considera da mais alta relevância.

“É um momento de reflexão sobre a nossa Constituição, que devemos respeitar para que se possa manter o estado democrático de direito. Não podemos retroceder, porque nosso pensamento é voltado para avanços e mais conquistas, em busca de um Brasil melhor. Nossa Constituição é soberana e teremos de superar as dificuldades, a exemplo do que vem acontecendo no Maranhão”, afirmou.

“Nenhum direito a menos”, acrescentou Othelino Neto, enfatizando, ainda, que a Constituição deve ser reve-

renciada e que não se pode aceitar retrocessos. “Temos que olhar para frente e estar vigilantes, especialmente nesse momento de muita intolerância, que precisamos valorizar, ainda mais, a democracia brasileira”, disse.

Também se manifestaram o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o diretor da Esmam, desembargador Paulo Velten, ambos exaltando as conquistas obtidas com a Constituição Federal e destacando o trabalho dos constituintes maranhenses.

O evento se estendeu até sexta-feira (30), com uma série de atividades e palestras, cujas temáticas são voltadas para a Constituição. O primeiro dia foi encerrado

com palestra do governador Flávio Dino, que substituiu o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, que cancelou sua vinda ao Maranhão por problemas de saúde.

Homenageados - Em nome do falecido esposo, o então senador João Castelo, a ex-prefeita de São Luís, Gardênia Ribeiro Gonçalves, assinalou que a consolidação da atual Constituição foi um trabalho árduo, envolvendo parlamentares de todo o Brasil. Ela destacou que João Castelo levou para a Assembleia Nacional Constituinte a experiência de ex-governador do Maranhão, de dirigente do Banco da Amazônia e toda a sua grande experiência de vida.

Para o constituinte Joaquim Haickel, “foi um momento inesquecível, lembrando ter sido relator de uma proposta apresentada pelo então deputado carioca Amaral Neto, que previa a pena de morte. “Lutei contra a proposta e ela não foi incluída na Carta. Mas vejo ser necessária uma ampla revisão de nossa Constituição”, disse.

Na opinião do constituinte Costa Ferreira, a Constituição Brasileira de 1988 tem muitos pontos positivos e as mudanças que possam ser introduzidas devem ser pontuais. Ele

afirmou se sentir muito orgulhoso pela homenagem e pelo fato de participar de um momento histórico na vida do país.

Antonio Gaspar foi outro constituinte que se mostrou extremamente satisfeito com a homenagem. Lembrou que a Carta Magna do Brasil também pode sofrer poucas alterações. Ele elogiou a iniciativa do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa em homenagear os integrantes desse grupo de 1988.

Na concepção do deputado estadual Edivaldo Holanda, outro remanescente dos constituintes de 1988, a elaboração dessa Carta foi um marco na história do País, enfatizando que “não se pode destacar esse ou aquele com essa ou aquela proposta, uma vez que foi uma ação em bloco, envolvendo congressistas de todo o Brasil”.

Holanda também elogiou a ação do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa em homenagear os que participaram da elaboração da Constituição.

O ex-deputado Enoc Vieira, que também foi presidente da Assembleia Legislativa, afirmou que merece elogio a iniciativa da homenagem, por se traduzir num momento de reflexão, já que a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 foi uma transição do regime militar para a democracia.

Na opinião do constituinte Eliezer Moreira, a promulgação da Constituição foi um momento extremamente marcante na vida de todos os brasileiros. Segundo ele, a revisão geral, como pensam alguns, não deve ser a prioridade no momento.

Representando seu pai, o constituinte Vieira da Silva, o empresário Fabiano Vieira da Silva, que foi deputado federal, mas não constituinte, disse que estava ali emocionado. “Gostaria que meu pai estivesse aqui, participando de um evento tão importante como esse”, acrescentou.

CONSTITUINTES DO MARANHÃO

Deputados Federais

Albérico Filho; Antonio Gaspar; Cid Carvalho (In memorian); Costa Ferreira; Davi Alves Silva (In Memoriam); Edivaldo Holanda; Eliézer Moreira; Enoc Vieira ; Francisco Coelho; Haroldo Sabóia; Jayme Santana; Joaquim Haickel; José Carlos Sabóia; José Teixeira; Mauro Fecury; Onofre Correa; Sarney Filho; Vieira da Silva (In memorian); Vítor Trovão (In memorian) e Wagner Lago.

Senadores

João Castelo (In memorian), Alexandre Costa (In memorian) e Edison Lobão.



**Ex-deputado federal Onofre Correa
foi um dos homenageados**

Caema está obrigada a pagar R\$ 300 mil à população de Mirinzal devido à falta de água

Determinação é resultado de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, em 23 de novembro, que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) pague, até 4 de dezembro, o valor de R\$ 300 mil de danos morais à população de Mirinzal, a serem revertidos em serviços ambientais e/ou educacionais, devido à falta de abastecimento de água no município.

A decisão, proferida pelo juiz Alistelman Mendes Filho,

é resultado de Ação Civil Pública em Defesa do Consumidor com pedido de liminar, ajuizada pelo promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos, na mesma data da determinação judicial.

Como medida emergencial, a empresa também está obrigada a fornecer 10 caminhões-pipas de água por dia aos habitantes até a solução definitiva do problema. A Caema tem, ainda, que viabilizar o trabalho de, pelo menos, 30 pessoas para garantir o aces-

so da população à água.

Poço artesiano

Em setembro, o MPMA instaurou a Notícia de Fato nº 125/2018, com base nos transtornos enfrentados pela população no abastecimento de água em função de problemas técnicos no único poço artesiano que captava água para a cidade.

O gerente de negócios da Caema, José Nilson Oliveira,

alegou que os problemas de abastecimento no município eram motivados por danos operacionais em um poço tubular, o que afetava algumas residências. O prazo dado pela empresa para a solução dos problemas foi de até 30 dias.

Quando o MPMA insistiu na solução dos problemas, a empresa justificou que a demora era causada por problemas financeiros pelos quais a Caema passava e que, em consequência de falta de pagamento de débitos pela população, os moradores ainda enfrentavam falta de água.

Na manifestação ministerial, a Promotoria de Justiça de Mirinzal salientou que, devido aos transtornos, a população era obrigada a se deslocar de

Divulgação



suas residências para conseguir baldes de água. “Nesses três últimos meses, a qualidade de vida das pessoas de Mirinzal baixou consideravelmente”, ressaltou o representante do Ministério Público.

A multa por descumprimento é de R\$ 1 mil diários, até o limite de R\$ 100 mil, a ser paga pelo presidente da Caema, Carlos Rogério Araújo. *(Adriano Rodrigues / CCOM-MPMA)*



**Justiça proíbe
paralisação de
hospitais no
Maranhão**

*Médicos que prestam
serviços nas
unidades de saúde do
estado decidiram
paralisar atividades
a partir da próxima
terça-feira P4c1*

Judiciário proíbe paralisação de hospitais e designa audiência de conciliação com Governo do Estado

Divulgação

Nessa sexta-feira (30), a Vara de Interesses Difusos e Coletivos deferiu pedido de tutela de urgência do Estado do Maranhão, determinando que os médicos que prestam serviços no âmbito do Estado abstenham-se de paralisar suas atividades e deixar sem atendimento os pacientes da rede estadual de saúde. Eles deverão continuar fornecendo os serviços médicos de forma regular e integral, em níveis satisfatórios e sem perda da qualidade do atendimento, sob pena de multa. Para buscar uma mediação para o problema entre os médicos e o Governo do Estado, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, também designou audiência de conciliação para a próxima segunda-feira (3), às 8h50.

O Estado do Maranhão requereu a concessão de tutela antecipada em face do grupo de médicos prestadores de serviços ao Estado do Maranhão, afirmando ser fato notório que cerca de mil médicos que prestam serviços nas unidades de saúde administradas pelo Governo do Maranhão decidiram paralisar por tempo indeterminado as atividades, a partir da próxima terça-feira (4), em reunião realizada na sede do Conselho



Regional de Medicina, na qual também teriam decidido suspender os atendimentos de urgência e emergência a partir do dia 7 de dezembro.

Ao analisar o pedido de urgência, o magistrado levantou que a razoabilidade das pretensões jurídicas deduzidas pelo autor decorre do sistema jurídico de promoção da saúde, estabelecido na CF, que constitui a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, enquanto direito de todos e dever do Estado. “Esses dois preceitos constitucionais indicam que o modelo político, social e econômico adotado pela sociedade brasileira não admite como válida,

do ponto de vista jurídico, qualquer prática tendente a ofender o direito universal à saúde. E, uma vez verificada a ocorrência de lesão a esse direito, cabe ao Poder Judiciário, após ser provocado, impor as medidas necessárias para restauração desse direito”, observou.

Segundo a decisão, a paralisação, a par de qualquer discussão sobre sua legitimidade, põe em risco a prestação do serviço público essencial de saúde e, conseqüentemente, a saúde e vida dos usuários, evidenciando assim lesão ao princípio da proporcionalidade em sua vertente relacionada à proibição do excesso.

“A paralisação anunciada

nos atendimentos médicos, noticiada nos meios de comunicação, seria em decorrência de atraso nos pagamentos da remuneração dos médicos. Assim, é recomendável o estabelecimento de um diálogo que possa resultar em uma solução consensual para a situação conflituosa instalada e que seja satisfatória para os grupos médicos, o Estado e, especialmente, para os pacientes, em razão do grave risco de lesão à saúde e à vida decorrente da possibilidade de suspensão dos atendimentos. Por isso, necessária a designação de audiência com a maior brevidade possível”, decidiu o magistrado. (Ass-com CGJ)

Presidente do TJMA profere palestra sobre a Constituição Federal e a gestão dos tribunais

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou ontem (30), durante palestra no Congresso sobre os 30 anos da Constituição, promovido pela Escola Superior da Magistratura, em parceria com a Assembleia Legislativa, que governança e planejamento são as diretrizes do Poder Judiciário do Maranhão, que tem priorizado a implementação de um modelo de gestão dinâmico e eficiente. Ele disse que o TJMA está atento ao papel central na política pública de Justiça e, nesse sentido, tem experimentado e utilizado novas formas de gerenciamento, não expandindo – além dos limites legais e inflacionários – a despesa pública, tendo plena consciência de que a séria crise que o país

atravessa tem fortes reflexos no Estado do Maranhão. “Há uma preocupação para que não haja aumento de gastos. Para que não seja ultrapassada nenhuma cota, nada é aprovado sem estudo prévio, embasado no orçamento”, ressaltou. Como exemplos práticos da política administrativa adotada pelo TJMA ele citou a implantação de um sistema de manutenção mais sistemático e econômico; aquisição de equipamentos novos e mais modernos, que gerou economia não só com energia elétrica, como com o material de consumo; as rotas inteligentes de entrega de material de consumo, gerando uma economia líquida de R\$ 353.803,06; O desembargador disse que em busca por melhorias, o TJMA está lançando mão de metodologias de planejamento estratégico, medição de indicadores de desempenho e gerenciamento de projetos, seguindo a tendência da gestão pública contemporânea.

Presidente do TJMA profere palestra sobre a Constituição Federal e a gestão dos tribunais

PÁG. 4 [C1]

27 réus serão julgados antes do recesso forense em São Luís

Neste mês de dezembro, antes do recesso forense que começa no dia 20 (quinta-feira), 27 acusados de crimes dolosos contra a vida serão julgados pelo Tribunal do Júri de São Luís. As sessões de julgamento começam nesta segunda-feira (3), quando sentarão no banco dos réus Francinaldo Cantanhede, Raimundo Nonato Silva Campos e Wellisson Rodrigues Vieira. Os julgamentos ocorrem simultaneamente nos salões da 2ª, 3ª e 4ª Varas do Júri, localizados no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), iniciando às 8h30.

Além de Francinaldo Cantanhede, que será julgado pelo júri popular na segunda-

feira (3), o 2º Tribunal do Júri, presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, julgará em dezembro também Ailton Costa Abreu (dia 5), Kenilson Teixeira dos Santos (7), Alan Carlos Ferreira e Thalyson Ray da Luz Leal (11), Rafael dos Anjos Alves (13), Danrley Sila Santana e Marcos Vinícius Oliveira Serpa (17), David Arleson Silva Diniz e Sebastião Eric Martins Melo (19).

Já na 3ª Vara do Júri, além de Raimundo Nonato Silva (dia 3), sentarão no banco dos réus, ainda, Marcones Mendes Sousa (4), Marivaldo Guimarães Costa (5), Feliciano Costa Penha Filho (6) e Welbety Costa da Silva (7). As sessões serão presididas

pelo juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares.

No 4º Tribunal do Júri, presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, serão julgados em dezembro Wellisson Rodrigues Vieira (dia 3); Cleiciane Carvalho Cutrim (5); João da Conceição Chagas Silva, Darlyson Correa Costa e Luciano Fonseca Sales (10); Fábio Júnior da Silva Costa Ribeiro (12); Guadêncio da Conceição Viana Filho, João Batista de Jesus Rodrigues, Marcos William dos Santos e Valdir da Silva Conceição (14); Givanildo de Jesus Santos Mendes (17) e Hildemar Dias dos Santos. No mês de dezembro não haverá sessões de julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri.